

## **'Imigração boliviana no Brasil'**

- Introdução e capítulo 1: “O Brasil na rota das migrações latino-americanas”:

O Brasil necessitou abrir suas portas para o debate acerca da imigração internacional no final do século 20. Houve, em um primeiro momento, a focalização do país como emissor de população para os países desenvolvidos e, em um segundo momento, o reconhecimento do país como receptor de novos imigrantes dentro do contexto da imigração boliviana. O Brasil passa a conviver com imigrações e emigrações internacionais. O século 21 trás a consolidação dos fluxos migratórios entre Brasil e Bolívia.

São mais de 30 anos de imigração boliviana para a metrópole de São Paulo. A visibilidade desse contingente imigrante passou a compor a vida cotidiana da cidade. Fazem-se necessários estudos a cerca das relações entre bolivianos e brasileiros.

“... a permeabilidade das fronteiras que integram os países da América Latina, num contexto de integração econômica regional, vem contribuindo para a intensificação dos deslocamentos de população de tipo fronteiriços ou entre países limítrofes, com os deslocamentos transfronteiriços.” (p. 10 e 11).

A caracterização dos países da América Latina e Caribe segundo a proporção de estrangeiros nascidos na região (Censo de 2000) permite apreender os espaços de migração intra-regional. Os países são identificados com:

- Forte participação das migrações intra-regionais: Paraguai, Costa Rica, Bolívia, Nicarágua, El Salvador e Equador (mais de 70% de estrangeiros nascidos na região da América Latina e Caribe).
- Média participação: Venezuela, Panamá, Colômbia, Chile, Uruguai, Argentina e Peru. (entre 43 e 65 %).
- Baixa participação: Guatemala (7,6%), Brasil (15,4%) e México (25,2%).

O Brasil contém o quarto maior estoque absoluto de estrangeiros nascidos na América Latina e Caribe, no entanto, apresenta baixa proporção de imigrantes intra-regionais no total de seus estrangeiros.

Nos últimos 30 anos, o país vem se configurando como “área de expansão das migrações latino-americanas”, reforçando as modalidades de tipo fronteiriço (países do Mercosul, Colômbia e Venezuela), as migrações em direção às áreas metropolitanas (Bolívia, Paraguai e Peru), e as migrações intra-regionais com países não-limítrofes (Chile).

A constituição de blocos regionais integrados proporciona a diversidade de deslocamentos e até sua intensidade, como no caso do Brasil com a Bolívia. Apesar disso, “a desigualdade entre os países é cada vez mais acirrada, podendo contribuir para a intensificação de deslocamentos populacionais que ultrapassam os limites político-geográficos dos países, configurando os deslocamentos transfronteiriços.” (p.16).

A governabilidade das migrações internacionais no Mercosul torna-se um desafio: “...torna-se necessário o desenvolvimento de instrumentos legais, administrativos e de informação sobre migração, visando a atualização de normas e instituições ‘destinadas a absorver as necessidades e urgências dos migrantes, nos seus direitos sociais, culturais, econômicos e políticos’.” (p. 16).

**Daniel Edgardo**